



PARA ONDE FORAM AS BRUXAS? OS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE A BRUXARIA TARDO MEDIEVAL

Roni Tomazelli
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Os estudos relacionados à bruxaria são variados e numerosos, tanto no campo historiográfico quanto em outras Ciências Humanas – em especial, a Antropologia. As contribuições agregadas pelos aportes teóricos e metodológicos das diversas áreas do conhecimento que, pouco a pouco, se associaram à História a partir da primeira metade do século XX com o programa desenvolvido pela Escola dos *Annales*, permitiram a elaboração de diferentes correntes de interpretação acerca do fenômeno da bruxaria. No âmbito acadêmico, dentre os principais arcabouços interpretativos da bruxaria europeia encontram-se as vertentes *liberal* e *folclórica*. Embora conflituosas, ambas as correntes nos permitem compreender a bruxaria enquanto objeto de demonização, na medida em que discutem a apropriação e ressignificação de elementos tradicionais do paganismo pela doutrina e instituição eclesiástica sob a luz dos novos tempos e concepções que emergiam no contexto medieval.

Palavras-chave: Historiografia; Bruxaria; Idade Média; Igreja Medieval.

ABSTRACT: Studies related to witchcraft are diverse and numerous, both in historiography and in the Humanities – especially Anthropology. Contribution aggregated by the theoretical and methodological contributions of the various areas of knowledge that gradually were associated with History from the first half of the twentieth century with the program developed by the *Annales*, allowed the development of different interpretation of current about witchcraft. In academic realm, among the main interpretative frameworks of European witchcraft are the *liberal* and *folkloric* dimensions. Albeit conflicting, both chains allow us to understand witchcraft while demonizing object to the extent that discuss the appropriation and reinterpretation of traditional elements of paganism by the doctrine and ecclesiastical institution in the light of new times as that emerged in medieval context.

Keywords: Historiography; Witchcraft; Middle Ages; Medieval Church.

Introdução

Os estudos relacionados à temática da bruxaria são variados e numerosos, tanto no campo historiográfico quanto em outras Ciências Humanas – em especial, a Antropologia. As contribuições agregadas pelos aportes teóricos e metodológicos das diversas áreas do conhecimento que, pouco a pouco, se associaram à História a partir da primeira metade do século XX com o programa desenvolvido pela Escola dos *Annales*, permitiram a elaboração de diferentes correntes de interpretação acerca do fenômeno da bruxaria.

Antes, todavia, de desenvolver qualquer apreciação sobre esta historiografia mais específica, voltada para o fenômeno da bruxaria na Europa cristã ocidental, é preciso ter em conta alguns princípios básicos:

1. A disponibilidade de fontes referentes à bruxaria no ocidente cristão, incluindo tratados, bulas, manuais e processos de inquisição, é consideravelmente extensa e variada, embora muitas vezes a ausência de traduções e a impossibilidade de acesso a determinados documentos pode dificultar o trabalho do historiador.
2. As bruxas nunca tiveram voz. As fontes existentes são escritos de cunho eclesiástico ou doutrinal nos quais se fala sobre as bruxas, e onde estas nunca falam sobre si mesmas.
3. A caracterização da bruxaria europeia apresentou particularidades específicas de acordo com as regiões em que se manifestou sua prática e perseguição. Aliás, caracterização esta variável não apenas no espaço, mas também no tempo histórico.
4. Os principais estudos da historiografia moderna relacionados à bruxaria só começaram a ser desenvolvidos quando as perseguições à mesma já haviam cessado.
5. A bruxaria histórica não mantém quaisquer relações históricas com a bruxaria contemporânea – também conhecida como Neopaganismo ou, simplesmente, Wicca.

No que concerne ao âmbito acadêmico, Russell & Alexander (2008) destacam quatro correntes de interpretação da bruxaria europeia: a) a *liberal*, que defende a inexistência da bruxaria, caracterizando-a apenas como um aparato repressivo da autoridade eclesiástica no intuito da consolidação de sua ortodoxia; b) a *folclórica*, baseada na tese da antropóloga inglesa Margaret Murray sobre a ancestralidade da bruxaria como uma antiga religião da fertilidade que sobreviveu até o período moderno; c) a da *História Social*, que admite a inexistência da bruxaria, porém não pelo fato de ser uma invenção, mas por constituir-se em uma superstição geral bastante difundida; d) a da *História das Ideias*, que definem a bruxaria como a combinação de inúmeros conceitos reunidos ao longo dos séculos. Optamos, pois, por priorizar em nossa pesquisa os autores cujos trabalhos integram as correntes liberal – com a qual dialogamos – e folclórica, uma vez que apresentam argumentos mais condizentes com nossa proposta de investigação. Ambas as correntes, embora conflituosas, nos permitem compreender a bruxaria enquanto objeto de demonização, na medida em que discutem a apropriação e ressignificação de elementos tradicionais do paganismo pela doutrina e instituição eclesiástica sob a luz dos novos tempos e concepções que emergiam no contexto medieval.

Bruxaria e história

Já no século XIX, o historiador e filósofo francês Jules Michelet antecedeu aos historiadores das mentalidades nos estudos dos sentimentos, costume e crenças na historiografia ocidental (VAINFAS, 1997). Pautado em ideais de cunho liberal e anticlerical, foi precursor nos estudos da continuidade de antigas crenças no medievo cristão. Em sua famosa obra *A Feiticeira*, datada de 1862, credita a feitiçaria como religião europeia e sua personagem como originária do período medieval.

O texto de Michelet (2003) sugere que a mulher ocupava posição preponderante nas práticas de feitiçaria, por sua natureza e seu temperamento. Desde os primórdios da humanidade às mulheres incidam as responsabilidades pela esfera espiritual. Porém, ao longo do período medieval, a sibila⁵⁸¹ é transfigurada na bruxa e sua adoração convertida em expurgo. Em contrapartida, a feiticeira foi por muito tempo o

⁵⁸¹ As sibilas são descritas na mitologia greco-romana como mulheres portadoras de poderes proféticos, inspiradas por Apolo. Grosso modo, podemos considerar que as sibilas romanas substituíam os oráculos gregos.

único médico do povo. Necessária e temida viviam isoladas, muitas vezes, vítimas do ódio, interesse e inveja alheios. A feiticeira não tinha família. Sua origem era desconhecida. Vinha de lugares longínquos e tenebrosos. Todavia, continuava a ser mulher.

Por outro lado, o autor também explicita a sobrevivência dos deuses da natureza e de um paganismo não oficial destacando a proposição de que a feitiçaria abarcava um mecanismo de contestação da ordem vigente. Homens e mulheres que buscavam meios de modificar sua sorte e lutar contra as adversidades que os afligiam, num período marcado por profundas incertezas. Daí a resposta imediata para sua própria indagação sobre a origem da Feiticeira: “Dos tempos do desespero”, das incertezas e do temor criado e incitado pela Igreja.

A incerteza da condição, o declive terrivelmente escorregadio pelo qual o homem livre se tornou *vassalo* – *vassalo servidor* –, e o servidor *servo*, é o terror da Idade Média e o fundo do seu desespero; [...] traços gerais, exteriores, da miséria da Idade Média, que fizeram com que ele se entregasse ao Diabo (MICHELET, 2003, p. 41).

Dando passo aos autores mais recentes no trato com as temáticas relativas à bruxaria, destacamos os estudos antropológicos da folclorista inglesa Margaret Murray (2003) em sua obra *O Culto das Bruxas na Europa Ocidental*, onde argumenta a permanência e continuidade de uma série de tradições e crenças anteriores ao Cristianismo. Para Murray, estas permaneceram ativas ao longo da Antiguidade e do medievo paralelamente às religiões oficiais – uma espécie de culto de fertilidade em adoração a uma deidade de chifres, designado pela autora como *Bruxaria Cerimonial* ou *Culto Diânico*. Murray (2003) relata que:

[...] abaixo da religião cristã havia um culto praticado por muitas classes da comunidade, principalmente pelos mais ignorantes ou aqueles das partes menos populosas do país, que pode ser considerado uma antiga religião da Europa Ocidental na época pré-cristã. O deus, antropomórfico ou teriomórfico, era venerado em ritos bem definidos; a organização era altamente desenvolvida e o ritual análogo, comparado aos muitos outros velhos rituais (MURRAY, 2003, p. 17).

Em virtude da vasta disponibilidade de material, o estudo desenvolvido pela autora limitou-se apenas ao culto das bruxas na Grã-Bretanha. Porém, Murray (2003) considerava que a concepção de bruxaria parecia ser a mesma em toda a Europa ocidental, estabelecendo-a, em sua tese como uma conceituação geral, através da análise de registros judiciais e crônicas contemporâneas às perseguições.

Para Murray (2003), ainda que os testemunhos das bruxas nos processos inquisitoriais resguardassem uma negação acerca de uma estrutura religiosa coesa sob seus rituais, a própria uniformidade das confissões demonstrava a existência deste grupo organizado e coerente. Neste sentido, as descrições do *sabbat* contidas nos processos de bruxas não seriam mentiras extorquidas por juízes e inquisidores, sim descrições precisas de ritos de fato ocorridos (GINZBURG, 1991). Os argumentos da antropóloga pressupõem que “bruxaria” seria um termo inquisitorial adotado para caracterizar o mais antigo culto à fertilidade e à natureza, que inicialmente nada tinha de oposição ao Cristianismo, mas que se transformou num culto clandestino e de resistência frente à perseguição empreendida pela Igreja.

Hoje, a tese de Murray é alvo de severas críticas no cenário acadêmico e já não apresenta grande valor aos olhos dos historiadores contemporâneos. Acreditamos que o equívoco de Murray esteja em sua afirmação da real existência de uma seita de bruxas estabelecida e organizada. Porém, não a excluimos por completo. Comungamos com muitos de seus argumentos acerca da permanência de tradições ancestrais no seio da Cristandade. O mais provável seria considerar que essa continuidade de crenças e práticas pagãs limitou-se, quase que exclusivamente, ao âmbito doméstico e rural das populações incultas. Um ambiente hostil no qual a autoridade religiosa enfrentou grande dificuldade em exercer seu domínio.

Compartilhando dos ideais expressos pelas teorias “murrayistas”, Jeffrey B. Russell (2008) escreveu, em sua *História da Bruxaria*, que a bruxaria europeia era, inicialmente, equivalente a de qualquer parte do mundo e que a gradual e acentuada mudança de concepções deveu-se em essência ao pensamento cristão frente à sociedade e a religiões pagãs. Para o autor, “[...] o equívoco mais comum a respeito da bruxaria é a concepção de que ‘bruxas não existem’. [...] A existência ou não de bruxas está intimamente relacionada à definição adotada para caracteriza-las” (RUSSELL; ALEXANDER, 2008, p. 9). Em *Witchcraft in the Middle Ages* (1972), retoma as teses lançadas por Michelet, corrigidas por elementos extraídos das propostas de Murray e outros autores. Nessa obra, Russell evidencia que “ritos milenares e liturgias ordenadas tendo em vista a fertilidade, com danças, banquetes e desrecales eróticos, transformaram-se em sabás sob a pressão da sociedade cristã” (DELUMEAU, 2009, p. 552).

Opinião distinta a dos autores supracitados encontra-se com outro importante pesquisador que voltou olhares para a temática bruxa, o historiador britânico Norman Cohn (1997), cujos argumentos desestruturam a tradição “murrayista” e discutem as proposições da construção de um imaginário eclesiástico no combate de opositores e dissidentes do Cristianismo. Em relação a Murray, cuja tese tornou-se extraordinariamente apreciada por pelo menos 40 anos desde sua publicação, Cohn salienta:

Margaret Murray no era historiadora de profesión, sino egiptóloga, arqueóloga y folklorista. Sus conocimientos de historia europea, incluso de historia inglesa, eran superficiales y carecía de un verdadero método historiográfico. En el campo especial de los estudios referidos a brujería, no parece haber leído las historias modernas de las persecuciones, y si la hubo leído, es evidente que no las asimiló.

Em seu livro *Los Demonios Familiares de Europa*, Cohn (1997) sugere que a bruxaria demoníaca constituiu uma construção eclesiástica no combate de opositores e dissidentes do Cristianismo. Seus argumentos sugerem que a caracterização de malignidade e perfídia imposta à bruxa ao fim do medievo e princípio do período moderno, consistia em um conjunto de elementos de diversas origens, derivados de uma representação presente desde a Antiguidade, e cujas acusações foram direcionadas às inúmeras minorias ao longo da história: aos cristãos, aos hereges, aos judeus, aos templários e, por fim, às bruxas. Segundo essa concepção presente na tradição literária e nos escritos dos teólogos e padres da Igreja,

[...] existía, en algún lugar de la sociedad, otra sociedad, pequeña y clandestina, que no sólo amenazaba la existencia de la macrosociedad sino que, además, era adicta en prácticas abominables, en el sentido de algo que repudia a la especie humana. (COHN, 1997, p. 11).

Tal concepção adquiriu maior complexidade ao longo dos séculos que sucederam a Igreja primitiva e constituiu-se como fundamental instrumento propiciador das grandes perseguições (COHN, 1997). Assim, todo o conjunto de acusações às quais estes supostos inimigos da Críandade estavam submetidos compreendia nada mais do que uma construção que preconizava o expurgo dos resquícios das tradições populares e dos movimentos heréticos.

Destes argumentos, o autor levanta duas hipóteses principais a serem discutidas em seu estudo. De um lado, a bruxa representava um bode expiatório para um impulso

inconsciente e, de outro, a fé religiosa já estava perdendo parte de sua hegemonia gerações antes do aparecimento do ascetismo consciente e intelectual. Ambos os elementos viriam a propiciar o enfretamento dos resquícios da tradição popular com os dogmas eclesiásticos, unindo as reminiscências pagãs até então tidas como ilusórias ao culto demoníaco.

Em crítica aos argumentos de Cohn, o historiador italiano Carlo Ginzburg (1991) alega que, ao relacionar a imagem do *sabbat* a um estereótipo milenar direcionado contra as minorias, o autor desconsidera inúmeros elementos de origem folclórica, em um discurso destinado simplesmente a desestruturar as teses “murrayistas”.

No cenário acadêmico e historiográfico nacional temos Carlos Roberto F. Nogueira (2004) em seu estudo sobre as práticas mágicas no ocidente cristão. Em seu livro *Bruxaria e História*, nos propõe uma definição geral para a bruxaria como um fenômeno rural e coletivo que atua de forma passiva, haja vista que a opinião da coletividade é o elemento legitimador de sua existência. Segundo o autor, resquícios pagãos permaneceram junto ao Cristianismo mascarados sob formas sincréticas nas quais deuses eram convertidos em santos, enquanto os elementos impassíveis dessa assimilação eram transportados à esfera maligna.

Em *O Nascimento da Bruxaria* (1995), Nogueira defende que a cristianização da cultura europeia propiciou a construção de um sistema de conteúdos simbólicos que articulavam realidade e imaginado, no qual podemos observar profundas mudanças nos sistemas de representação. No seio da sociedade medieval, o eterno embate entre o Bem e o Mal “transborda a esfera do sagrado para pautar condutas e comportamentos cotidianos, servindo de explicação para a realidade e as desventuras vividas, para explicar impulsos incontrolláveis da carne, e para ensinar à *boa coletividade*, ‘ao rebanho dos fiéis’, onde se encontram Satã e seus agentes” (NOGUEIRA, 1995, p. 11). Assim nasceu a bruxaria demonizada ao fim do medievo e princípio da modernidade. O autor assenta sua origem em três fatores principais: na elaboração clerical da demonologia, na diabolização da mulher, e no temor ao fim dos tempos.

Nos argumentos do autor, o contexto medieval foi marcado por um duplo papel exercido pelas supostas “agentes do Diabo”. Neste sentido observa que:

Bruxas e feiticeiras constituíram-se nas intermediárias necessárias entre a realidade e a possibilidade, fornecendo os meios mágicos do entendimento ou da superação da existência mundana a uma coletividade que as teme, mas não pode prescindir delas. Aceitas e rejeitadas, a sociedade as acolhe ou as pune, na razão direta de seus sucessos ou desventuras, projetando nestas as responsabilidades das desgraças comunitárias, em uma tentativa de expiação da própria incapacidade de superação da contradição vivida (NOGUEIRA, 1991, p. 24).

Relativo destaque em seus trabalhos recebe depreciação da figura feminina e suas relações com a prática da bruxaria diabólica. Para o autor, a misoginia medieval, herança da Antiguidade Clássica e dos escritos dos Padres da Igreja, esforçou-se por descrever a mulher como símbolo do pecado e da perdição. Maligna em sua própria natureza tornava-se, por excelência, vítima do Diabo. Temia-se a mulher, pois temia-se a sexualidade. Dessa forma, os discursos religiosos difundidos a partir do século XIII, além de disseminarem o pânico em relação ao Demônio, consolidaram o arquétipo das malévolas bruxas (NOGUEIRA, 1991).

Considerações finais

É válido destacar certas problemáticas e dificuldades encontradas no que concernem aos estudos dedicados à representação da bruxaria no medievo cristão ocidental. Apesar de não constituírem obstáculos de cunho prático, haja vista o acesso aos principais documentos relativos ao tema em numerosas traduções aos idiomas modernos, as mesmas fontes apresentam apenas uma visão parcial dos fatos. Tratam-se de manuais, bulas e tratados redigidos por aqueles que se dedicaram a perseguir e estigmatizar à prática da bruxaria. Neste sentido, tende-se a lidar com o “silêncio das fontes”; local onde as bruxas não têm voz; não são representadas por si mesmas. Tal fato não permite identificar sua real caracterização, e sim apenas o modelo representativo de malignidade que lhe foi atribuído por seus algozes. Precisamente sobre este aspecto, salienta o historiador italiano Franco Cardini:

[...] que nunca será possível estudar as bruxas em si mesmas porque sua voz livre nunca chegou até nós, obrigados a estudá-las através dos documentos de teólogos e inquisidores. Indiretamente. O que vale, por fim, é que os clientes das bruxas são muito mais interessantes que as próprias bruxas. Porque as bruxas são, antes de mais nada, *consolatricesafflictorum*, vendedoras de sonhos e de ilusões de potência, de triunfo, de vitória, de vingança. E são bodes expiatórios dos maus pensamentos de uma sociedade cheia de desejos e de medo, de vícios e de impotência. A bruxaria triunfa quando não há esperança de outra redenção, nem social nem cultural. Eis porque a “caça às bruxas” foi uma grande tragédia. Não apenas para as bruxas (CARDINI, 1996,

p. 15).

Salientamos, contudo, que a análise documental e bibliográfica apresenta-se relativamente profícua aos estudos históricos sobre a bruxaria e os direciona para a identificação dos principais fatores que ocasionaram a demonização e marginalização das práticas mágicas na sociedade do ocidente cristão medieval.

Bibliografia

CARDINI, Franco. Magia e bruxaria na Idade Média e no Renascimento. **Psicologia USP**, São Paulo: IPUSP v.7, n.1/2, p. 9-16, 1996. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicousp/v7n1-2/a01v7n12.pdf>>. Acesso em: 14 abril 2011.

COHN, N. **Los demonios familiares de Europa**. Barcelona: Altaya, 1997.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GINZBURG, C. **História noturna**: decifrando o sabá. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MICHELET, J. **A feiticeira**. São Paulo: Aquariana, 2003.

MURRAY, M. **O culto das bruxas na Europa Ocidental**. São Paulo: Madras, 2003.

NOGUEIRA, C. R. F. **Bruxaria e história**: as práticas mágicas no ocidente cristão. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NORGUEIRA, C. R. F. As Companheiras de Satã: o processo de diabolização da mulher. **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie IV, H.^a Moderna, t. IV, 1991, p. 9-24. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es>>. Acesso em: 16 de Agosto de 2010.

NORGUEIRA, C. R. F. **O nascimento da bruxaria**: da identificação do inimigo à diabolização de seus agentes. São Paulo: Imaginário, 1995.

RUSSEL, J. B.; ALEXANDER, B. **História da bruxaria**. São Paulo: Aleph, 2008.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 127-162.